



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



*Discurso na cerimônia de assinatura de  
protocolo de intenções para a suspensão da  
implantação de novos sistemas self-service  
nos postos revendedores de combustíveis*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 3 DE SETEMBRO DE 1999

*Meu caro amigo e Ministro Francisco Dornelles; meu querido amigo Rodolpho Tourinho, Ministro de Minas e Energia; Deputados aqui presentes; Senhor Diretor da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn; Senhores João Carlos Juruna, Antônio Carlos Reis, Enilson de Moura; Senhores Dirigentes da Força Sindical, da CGT e da SDS; Senhores João Pedro Gouveia Vieira, Gil Siuffo e Augusto Samways, Presidentes do Sindicom, do Fecombustíveis e da Brasilcom; líderes sindicais, frentistas, trabalhadores em postos de serviços; Senhoras e Senhores,*

Quero começar, hoje, este meu discurso de comemoração desse acordo que foi firmado convidando todos aqui presentes a que se juntem a mim, aqui, para que sejam melhor vistos pelos frentistas que aqui estão. Aqueles que fizeram o acordo, os sindicalistas e os representantes dos postos e das agências distribuidoras que se juntem, aqui, a nós, para criarmos um ambiente de maior confraternização.

Quero expressar os meus agradecimentos a todos aqueles que se empenharam na celebração desse acordo, na feitura desse protocolo, a

começar pelo Ministro Dornelles, pelo Ministro Tourinho, pelo Doutor David, mas, especialmente, àqueles que levaram ao entendimento entre os empregadores e os empregados.

Não sei se todo o Brasil percebe o alcance desse entendimento. Já me referirei ao alcance específico dele, no que diz respeito à preservação de postos de trabalho. Mas me refiro, mais do que a isso, ao fato de nós estarmos assistindo, aqui, a um passo na evolução das relações trabalhistas no Brasil. Sem que houvesse modificação legal, houve um acordo coletivo que mudou, essencialmente, o modo de relacionamento entre os patrões e os empregados. Isso é um ato importante. É nessa direção que precisamos avançar mais na nossa legislação trabalhista. Foi para isso que o Ministro Dornelles enviou ao Congresso e está empenhado na aprovação de medidas que permitam maior flexibilidade nas relações de trabalho, de tal maneira que a convenção de trabalho tenha mais força do que tudo e a negociação direta entre patrões e empregados passe por cima de entraves burocráticos, de entraves legais que, muitas vezes, impedem uma solução de bom-senso.

Precisamos avançar mais, modernizar mais, democratizar mais as relações de trabalho. Precisamos que todos os brasileiros, homens e mulheres, todos os cidadãos estejam atentos ao interesse do trabalhador. Isso diz respeito não apenas aos empregados e aos empregadores, mas também ao Governo. Neste momento, o Governo está empenhado na retomada do crescimento, o Governo se compromete em fazer o possível e o impossível para que no ano próximo, o ano 2000, o novo milênio, o ano em que o Brasil comemora 500 anos, nós tenhamos que crescer pelo menos 4%. Isso é um piso de crescimento, porque precisamos gerar milhões de empregos para os brasileiros. Não seria crível que exatamente quando o Governo lança o programa Avança Brasil, quando se compromete na rota do desenvolvimento e do crescimento sustentado da nossa economia, assistíssemos a um processo selvagem de desenvolvimento pseudotecnológico.

Eu seria o último dos brasileiros, pelas responsabilidades que tenho, e até pela minha biografia, pela minha experiência pessoal, a ser contra o desenvolvimento tecnológico. Um país não vai para frente sem absorção de tecnologia, sem ser capaz de estar na liderança desses processos.

Mas um país não vai para frente quando a tecnologia não olha para o homem, para o ser humano. Um país não vai para frente quando, pura e simplesmente, estamos olhando os resultados finais de um processo sem percebermos as transformações que esse processo produz na organização da sociedade.

Hoje, todos os brasileiros sabem que a questão do emprego é simbólica, é real, é vital para o Brasil.

Sei que nós temos 26 mil postos no Brasil. Cada um desses postos, em média, tem dois proprietários, que são micro e pequenos empresários. Esses postos empregam trezentos mil frentistas. Nós não podíamos concordar – e por isso nos empenhamos – que houvesse uma transformação tecnológica sem que houvesse um acordo, sem que houvesse um protocolo, sem que houvesse uma negociação para preservar os cento e tantos mil empregos que vamos preservar com esse protocolo aqui assinado, e sem que nós olhássemos não apenas por esses cento e poucos mil, mas para trezentos mil frentistas. Não pensem que estamos fazendo isso apenas nesse setor, que é um setor importante. Estamos empenhados em prestar atenção à questão do emprego em todos os setores

Apraz-me verificar que, nos três últimos meses, houve redução do desemprego no Brasil. Em comparação com o ano passado, a situação melhorou um pouquinho, mas nós não podemos nos conformar com esse pouquinho. Precisamos avançar mais na luta contra o desemprego.

Apraz-me ver que essa consciência, hoje, se generaliza. E se aqui estamos firmando um protocolo para garantir emprego aos frentistas, esta semana fizemos um outro protocolo, em São Paulo, para garantir emprego também aos metalúrgicos do ABC de São Paulo e aos que trabalham nas fábricas de automóvel.

Assinamos, concordamos com uma certa redução de impostos com a condição de que as empresas assegurassem emprego, pelo menos até o fim de novembro, para os trabalhadores dessas empresas, na expectativa de que nós possamos, nesses próximos meses, já sentir, de uma forma mais direta, os efeitos da mudança – que já ocorreu – na política econômica, de tal maneira que nós, hoje, temos mais condições de oferecer crescimento e, portanto, emprego aos brasileiros e às brasileiras.

Esse protocolo vai ser monitorado, vai ser acompanhado pelo Governo, pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério de Minas e Energia, pela Agência Nacional de Petróleo, mas ele vai ser, sobretudo, monitorado pelos que o firmaram: pelos patrões, pelos empregados, pelos sindicalistas, que vão acompanhar o processo, vão verificar quais são os efeitos desse protocolo. E vão definir, em conjunto, as normas que vão permitir a continuidade do processo de desenvolvimento tecnológico, à condição de que ela não seja meramente de estrutura de postos de trabalho.

É por um Brasil mais humano, por um Brasil mais comprometido com o social que nós lutamos a vida toda. Neste momento em que o Brasil, tendo enfrentado imensas dificuldades internacionais, conseguiu manter a sua economia organizada e se preparou para já no próximo ano termos sinais concretos de crescimento, temos que estar reinserindo, com mais energia ainda, essas preocupações com a área social.

Tenho certeza de que o diálogo frutífero, diálogo ativo entre as partes envolvidas, é o caminho para que possamos ter uma sociedade mais justa, mais democrática e, ao mesmo tempo, mais próspera. Esse caminho há de ser seguido pelos vários setores.

Recentemente, o Governo se defrontou com uma crise dos caminhoneiros. A crise não era, propriamente, com o Governo Federal. Era muito mais uma questão intracategorias de produção, entre os que cuidam da carga e aqueles que são os transportadores e o consumidor final. Não obstante, o Governo atuou. E atuou, ao mesmo tempo, com energia, para desobstruir as estradas, mas com compreensão, para criar condições de tal maneira que os caminhoneiros também possam ver as suas legítimas reivindicações – quando legítimas – atendidas.

É essa a função de um governo democrático. Não é a função de impor a um lado a vontade do outro, qualquer que seja esse lado, mas não é também a função de assistir de braços cruzados aos processos sociais sem que o Governo exerça um papel catalisador, um papel de liderança, um papel de esclarecimento e, finalmente, um papel que leve ao entendimento. E o entendimento, num país como o nosso, com tantos problemas de pobreza, de desemprego, de miséria, tem que ser,

sempre, um entendimento que puxe para o lado mais pobre, que puxe para o lado social, que puxe para o lado do trabalhador.

O Governo, ao fazer isso, não está diminuindo as chances de crescimento ou de ganhos do empresário. Está, simplesmente, criando as condições sociais para que esse ganho justo do empresário possa ser, também, aplaudido, e não ser sentido pela sociedade como se fosse espoliação. Isso é o modo democrático de governar. Isso é o modo democrático de mudar uma sociedade. E é o que estamos fazendo aqui.

Eu me alegrei imensamente ao ver o resultado desse esforço e ao vê-los todos aqui, tão jovens, tão dispostos, homens e mulheres, tão dispostos a ver que estamos dando passos conseqüentes para melhorar a vida do Brasil.

Que as minhas palavras finais, de renovação do agradecimento aos aqui presentes, sejam também de encorajamento. Sejam de agradecimento aos que aqui vieram e sejam de encorajamento aos milhares que estão espalhados pelo Brasil e que vão dormir, esta noite, com a certeza maior de que, no dia seguinte, não terão seu emprego tragado sem que possam entender o porquê dessa perda de emprego. Que eles possam dormir com mais confiança de que as suas famílias também se beneficiarão de um sentimento de segurança, que é essencial para que uma nação prospere.

Agradeço muito e quero que sejam felizes, mas que essa felicidade seja fruto de uma luta democrática, uma luta que leve com força as reivindicações, mas que entenda que, num dado momento, temos todos que nos dar as mãos, uns aos outros, temos que dialogar e chegar a resultados que, sendo justos, protegendo os mais fracos, sejam também racionais e permitam que o Brasil continue a ser como é: um país cheio de futuro.

Juntos, vamos enfrentar esse “Avança Brasil” e vamos chegar ao próximo ano com a esperança renovada de um Brasil melhor para todos nós.

Muitíssimo obrigado.